

# Nova Carta pode acabar com comercialização de sangue

José Luis 6 Jun 88

Lula Marques-3 Jun 87

Lula Marques 20 Jul 87



O senador Almir Gabriel (PMDB)



O deputado José Lins (PFL-CE)



O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR)

Da Sucursal de Brasília

A comercialização do sangue humano — através de bancos que o compram de doadores para revendê-lo a hospitais — deve ser proibida na futura Constituição, desde que os líderes partidários aceitem proposta elaborada ontem à noite por representantes do Centrão e do PMDB, na residência do senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Gabriel recebeu em sua casa, em Brasília, os deputados Euclides Scalco (PMDB-PR), Raimundo Bezerra (PMDB-CE) e José Lins (PFL-CE), para tentar um acordo em torno dos temas saúde e seguridade social, do Título "Da Ordem Social", que começa a ser discutido hoje à tarde pelo Congresso constituinte.



Até as 20h de ontem, havia apenas um ponto polêmico na questão da saúde. O deputado Raimundo Bezerra insistia em que fosse proibida também a comercialização dos hemoderivados (como a gamaglobulina), substâncias preparadas a partir do sangue humano para tratamento médico. "Eu temo que o Estado não tenha condições de assumir, de um momento para outro, a responsabilidade de abastecer as instituições médicas com esse tipo de insumo, e que a consequência seja simplesmente a falta deles no mercado", ponderou o senador Almir Gabriel a seu colega constituinte.

O texto do acordo, excluída a ideia de Bezerra, era o seguinte naquele momento: "A lei disporá sobre condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, vedado todo tipo de comercialização, inclusive do sangue". Por esse texto, ficam proibidos também a comercialização de órgãos para transplantes, como vem ocorrendo hoje.

Seguridade Social

Os quatro constituintes acertaram também, uma proposta consensual para o artigo que regulamenta a captação de recursos para o sistema de seguridade social. O Centrão recuou em sua proposta inicial — de só aceitar a folha de pagamento das empresas como base de cobrança da seguridade social — e o texto a ser oferecido hoje às lideranças vai dispor que a cobrança pode incidir sobre a folha, o faturamento e o lucro das empresas.

## Numerosa, Frente tem uma atuação política inovadora

FERNANDO GABEIRA  
Da Sucursal do Rio

"Não estamos nem à direita nem à esquerda; estamos na frente." Esta frase dos verdes alemães talvez pudesse ser o lema da heterogênea frente que se criou no Congresso para defender o meio.

Já o presidente do Greenpeace, David McTaggart, acha que é impossível levar a ecologia para a luta política convencional sem que a contradição esquerda-direita acabe dinamitando a unidade de ação. Num país do terceiro mundo, é muito possível que a visão do Greenpeace esteja mais próxima da realidade. Os conflitos sociais são muito agudos para não explodirem em qualquer mesa de negociações, mesmo que nelas esteja se discutindo apenas a preservação das baleias.

Até o momento, entretanto, a Frente Verde mostrou-se um dos blocos mais numerosos do Parlamento e com um potencial inovador em termos de combinação política. Tudo indica que vai afirmar a sua singularidade, ganhar novos adeptos e se transformar numa proposta

progressista em termos de ação parlamentar.

Um dos exemplos que autorizam esse otimismo é o do deputado Raimundo Bezerra do PMDB do Ceará. Na visita em que fizemos juntos a usina de Angra ele era um dos defensores do programa nuclear. Sua posição evoluiu para a condenação do projeto e hoje está preocupado com uma série de novos problemas ecológicos do Ceará.

Da mesma maneira existem vários deputados que potencialmente podem evoluir para uma nova maneira de fazer política, desde que recebam atenção e material de debate.

Embora nem sempre a esquerda e direita sejam critérios, é possível que o crescimento futuro se dê entre os hesitantes do PT, PDT, PSB e dissidência do PMDB. Será politicamente positivo se a Frente Verde tiver a maior interface com uma frente democrática que colocasse os outros aspectos da modernização do Brasil, inclusive a saída do atual governo. Há muitos tipos de poluição e a proposta de grande parte dos membros da Frente Verde é de combater todos eles.

## Constituintes 'verdes' defendem meio ambiente

RITA TAVARES  
Da Sucursal de Brasília

Usando um broche de lapela no formato de uma ararajuba (ave em extinção), 90 parlamentares formam o bloco mais ecumênico do Congresso constituinte: a Frente Verde. O grupo foi se unindo aos poucos para defender o projeto de meio ambiente aprovado pela Comissão de Sistematização e que será votado no capítulo "Do Meio Ambiente", integrante do Título "Da Ordem Social", que começa a ser votado hoje.

A Frente começou a se organizar antes mesmo da aprovação do capítulo do Meio Ambiente pela Sistematização. Ao "verde-autêntico" Fábio Feldmann (PMDB-SP), somaram-se o "novo-verde" Bonifácio de Andrada (PDS-MG), o "esverdeado" Júlio Campos (PFL-MT), o "verde-vermelho" Eduardo Jorge (PT-SP) e até mesmo o "verde-monarquista" Cunha Bueno (PDS-SP).

Só agora, com a proximidade da votação definitiva do único artigo, dividido em incisos e parágrafos, que regulamentará a política ambiental do país, seus membros trazem a estratégia de votação em plenário. Um "kit" ecológico com a reprodução dos artigos das Constituições da Espanha, Portugal e Grécia em favor do meio ambiente e textos analisando as ameaças de extinção da fauna e do litoral brasileiro está sendo entregue aos 559 constituintes.

Derrotas

"O mais importante é nos sentarmos espalhados pelo plenário no dia da votação. Todos ficam constrangidos de votar contra o meio ambiente e poderemos pressionar", disse o deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), um convertido recente à causa ecológica. Ao integrar um grupo de seis deputados que em abril do ano passado visitou a cidade de Cubatão (SP) e as usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), Mosconi passou a recrutar aliados para a Frente.

Mesmo sendo suprapartidária e não tendo um ranço ideológico forte, a Frente Verde não tem segurança de obter sucesso na votação do capítulo "Do Meio Ambiente". Até o momento, as votações em plenário foram desfavoráveis aos ecologistas. Foram derrotados ao tentar condicionar o exercício de direito de propriedade ao bem-estar da coletividade, conservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Perderam também ao pedirem a proibição de importação, transporte e armazenamento de artefatos bélicos nucleares.

Sarney Filho

A tática máxima dos "verdes" é minar o território inimigo: o Centrão, que tem seis discordâncias fundamentais em seu projeto se comparado com o da Sistematização. Em alguns outros itens, a Frente não vê grandes diferenças



## Estes são os parlamentares que integram o grupo ecológico

Estes são os parlamentares que integram a Frente Verde:

Senadores Cid Saboia de Carvalho (PMDB-CE), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), João Calmon (PMDB-ES), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Pompeu de Souza (PMDB-DF), Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), Wilson Martins (PMDB-MS) e deputados Abigail Feitosa (PSB-BA), Aécio Neves (PMDB-MG), Alceci Guerra (PFL-PR), Aldo Arantes (PC do B-GO), Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG), Aloysio Chaves (PFL-PA), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Antônio Câmara (PMDB-RN), Antônio Carlos Mendes Thame (PFL-SP), Artur da Távola (PMDB-RJ), Augusto Carvalho (PCB-DF), Beth Azize (PSB-AM), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Carlos Mosconi (sem partido-MG), Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), Celso Dourado (PMDB-BA), César Cals Neto (PDS-CE), Cristina Tavares (sem partido-PE), Cunha Bueno (PDS-SP), Dirceu Tutu Quadros (PTB-SP), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Edmilson Valentim (PC do B-RJ), Eduardo Jorge (PT-SP), Eduardo Moreira (PMDB-SC), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Feres Nader (PDT-RJ), Floriceno Paixão (PDT-RS), Francisco Coelho (PFL-MA), Francisco Kuster (PMDB-SC), Gastone Righi (PTB-SP), Geraldo Alekmin (PMDB-SP), Gil César (PMDB-MG), Gonzaga Patriota (PMDB-SE), Haroldo Saboia (PMDB-MA), Hélio Rosas (PMDB-

SP), Hermes Zaneti (PMDB-RS), Ivo Lech (PMDB-RS), Joaquim Suenen (PMDB-MT), José Carlos Saboia (PMDB-MA), José Costa (PMDB-AL), José Luiz de Sá (PL-RJ), José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), Júlio Campos (PFL-MT), Lézio Sathler (PMDB-ES), Lídice da Mata (PC do B-BA), Lúcia Vânia (PMDB-GO), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Luiz Salomão (PDT-RJ), Lysânea Maciel (PDT-RJ), Maguito Vilela (PMDB-GO), Márcio Braga (PMDB-RJ), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Mauro Miranda (PMDB-GO), Michel Temer (PMDB-SP), Moema São Thiago (PDT-CE), Nilton Friedrich (PMDB-PR), Octávio Elísio (PMDB-MG), Paulo Delgado (PT-MG), Paulo Macarini (PMDB-SC), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Paulo Silva (PMDB-PI), Percival Muniz (PMDB-MT), Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Raimundo Rezende (PMDB-MG), Raquel Capiberibe (PMDB-AP), Rita Camata (PMDB-ES), Roberto D'Ávila (PDT-RJ), Rose de Freitas (PMDB-ES), Ruy Nedel (PMDB-RS), Sérgio Werneck (PMDB-MG), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), Tadeu França (PMDB-PR), Uldurico Pinto (PMDB-BA), Valtir Pereira (PMDB-MS), Vasco Alves (PMDB-ES), Vicente Bogo (PMDB-RS), Victor Faccioni (PDS-RS), Vilson Souza (PMDB-SC), Virgílio Guimarães (PT-MG), Vitor Buaziz (PT-ES), Walmor de Luca (PMDB-SC).

entre os textos, preferindo inclusive o do Centrão, por estar mais bem redigido. Na última semana, a Frente teve uma baixa importante. O deputado Sarney Filho (PFL) deixou seu lugar no Congresso constituinte para assumir uma secretaria de Estado no Maranhão.

Surpreendendo sua bancada, Sarney Filho apresentou uma emenda contra a fabricação da bomba atômica no país, durante a votação da Comissão de Sistematização. Depois disso, estreitou sua amizade com o "verde" Fábio Feldmann e passou a trazer integrantes do Centrão para as reuniões e jantares da Frente. No último encontro, 15 signatários da emenda do Centrão estavam presentes, mostrando disposição de aderir, segundo Feldmann.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos relatores das teses do Centrão, inspirou-se no Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, bisavô de seu pai, para aliar-se à defesa da Sistematização. "Vamos fazer uma fusão dos dois projetos para facilitar", afirmou. No século 18, o Patriarca escreveu textos contra a pesca das baleias e contra o desmatamento da mata litorânea.

Intitulando-se "verde novo", Andrada, como é conhecido, não é contra a energia nuclear, defendendo sua utilização no Brasil. "Não há

nada no mundo que tendo aspectos positivos, não tenha os negativos", disse, acrescentando que a energia pode ser usada como forma de preservação do meio ambiente.

Junto a Andrada, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) tenta convencer seus companheiros de Centrão a "conceder um pouco" e aprovar teses ambientalistas da Sistematização. "Se não conseguirmos aprovar o projeto, vamos apresentar destaques (quando um dispositivo precisar ser referendado pelo plenário) para todos os pontos do Centrão", disse Cunha, um defensor infatigável da restauração da monarquia no país. Ao ser indagado da coerência das duas causas, Cunha serviu-se de um livro de história do Brasil para as justificativas. Em 1835, os regentes brasileiros criaram o cargo do "conservador das reais matas" e poucos anos depois, iniciou-se o reflorestamento da Floresta da Tijuca.

Viagens

A Frente foi ganhando corpo e disposição para o trabalho à medida que os parlamentares iam conhecendo Cubatão, a cidade-símbolo da poluição industrial, os garimpos de Poconé (MS), que acabaram com a atividade pesqueira da Baía do Paraguai e as usinas de Angra dos Reis (RJ). "Visitávamos tudo num

ritmo violento para não sermos acusados de turistas", disse Feldmann, garantindo que as despesas eram pagas pelos governos estaduais.

Assim, depois de um acidente com o ônibus, que capotou ao levar os constituintes até o Rio de Janeiro por uma estrada de terra no litoral norte de São Paulo, o grupo descobriu que o setor administrativo da usina de Angra dos Reis não dispunha do número de telefone da Prefeitura da cidade para providenciar um novo ônibus. A viagem surtiu efeito maior no deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) que de defensor das usinas de energia atômica, passou a condená-las publicamente. "Tinha coisa amarrada até com barbante", afirmou Mosconi.

A visita ao pantanal matogrossense provocou revelações. O ex-governador Júlio Campos (PFL-MT), que durante sua gestão não foi muito cuidadoso com as causas ecológicas, acompanhou a caravana de constituintes e quase provocou uma briga, ao organizar um café-da-manhã para seus colegas na casa de um irmão. O ex-ministro Dante de Oliveira preparou outra mesa para os constituintes. Não havia possibilidade de conciliação, pois Campos e Oliveira são inimigos políticos, e a caravana optou pelo café do ex-governador.

## Coordenadores do Centrão estão divididos nas discussões ecológicas

Da Sucursal de Brasília

O Centrão não está unido na defesa do capítulo "Do Meio Ambiente" do seu projeto de Constituição. Enquanto o deputado José Lins (PFL-CE), redator das propostas do projeto, propõe várias supressões no texto da Comissão de Sistematização, o deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE), um dos principais coordenadores do Centrão, apóia teses ecológicas.

Poder Público

Os dois parlamentares consideram que nenhuma das duas propostas "atrapalha o desenvolvimento industrial do país" ou "impede o exercício da livre iniciativa". José Lins disse, no entanto, que o projeto do Centrão é "mais enxuto, mais correto, em síntese — melhor."

Discordando do texto da Comissão de Sistematização, Lins defende que apenas o Poder Público tenha o dever de preservar e conservar o meio ambiente. "Não há necessidade de pôr todo mundo fiscalizando. O Estado existe para isto", afirmou. O projeto da Sistematização estabelece que "todos têm direito ao equilíbrio ecológico do meio ambiente", cabendo ao Poder Público e a coletividade preservá-lo e defendê-lo. A exclusão feita pelo Centrão impede que a coletividade utilize instrumentos processuais, como o mandato de injunção, para proteger o meio ambiente.

Um dos pontos que os ecologistas insistem em manter é o artigo que determina que o Poder Público tem o dever de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação

de material genético. "É impossível fazer isso.

Esta proposta não tem paralelo no mundo. Todos se interessam pela proteção do material genético, mas o Estado não pode intervir", afirmou Lins, que consultou dezenas de integrantes do Centrão para excluir a proposta do texto.

Ricardo Fiuzza discorda de Lins: "Sou a favor da proposta da Sistematização. A engenharia genética necessita ser fiscalizada e controlada. Isso não vai contra o capitalismo. É uma proposta viável para qualquer país que queira ser incorporado à democracia-social."

O Centrão excluiu do seu projeto o artigo que determina que as empresas que exploram recursos minerais têm a obrigação de recuperar o meio ambiente.

AS PROPOSTAS PARA O CAPÍTULO DO MEIO AMBIENTE		
Itens	Comissão de Sistematização	Centrão
Defesa do Meio Ambiente	Todos têm direito ao equilíbrio ecológico do meio ambiente. O Poder Público e a coletividade têm o dever de preservá-lo e defendê-lo.	O texto exclui este direito. Apenas o Poder Público tem o dever de defender o meio ambiente. A exclusão impede que a coletividade utilize instrumentos político-processuais (como o mandato de injunção) previstos nas hipóteses de violação dos direitos constitucionais.
Preservação e controle dos recursos minerais	É incumbência do Poder Público preservar os processos ecológicos essenciais e controlar a utilização dos recursos (animais, pesca, plantas), preservando-os da destruição.	O Poder Público deve preservar os processos ecológicos. Foi excluído o controle da exploração dos recursos.
Material genético	O Poder Público deve fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.	O item foi excluído do texto.
Parques e reservas	Proíbe qualquer utilização que comprometa a integridade de parques e reservas.	O texto prevê que a União poderá preservar espaços territoriais (parques e reservas) onde a fauna e a flora serão especialmente protegidos.
Obra que degrade o meio ambiente	Para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o Poder Público deverá exigir estudo prévio de impacto ambiental e divulgá-lo à sociedade.	O texto exclui a necessidade de divulgação do estudo.
Exploração de recursos minerais	Quem explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica descrita no estudo ambiental, aprovado antes do início da exploração.	O projeto exclui este item.